

Revista Diálogo Educacional

ISSN: 1518-3483

dialogo.educacional@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Brasil

Obino Corrêa Werle, Flávia

Ensino rural e legitimação das ações do Estado

Revista Diálogo Educacional, vol. 13, núm. 39, mayo-agosto, 2013, pp. 771-792

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189128924017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Ensino rural e legitimação das ações do Estado¹

Rural education and legitimation of State actions

Flávia Obino Corrêa Werle

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS - Brasil, e-mail: flaviaw@unisinos.br

Resumo

A Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, Brasil, publicou, na década de 1950, o *Boletim de Educação Rural*. Era um instrumento de política, uma publicação em formato de revista impressa, focalizando as instituições, os atores, o papel da educação e projetos para a área rural. Nesse trabalho se analisa a importância desse impresso, sua função de legitimar as políticas do setor, o conteúdo e o contexto em que ele circulou, bem como as temáticas, artigos, notícias, fatos, documentos administrativos e o conteúdo pedagógico voltado para a vida rural. Conclui-se que tal impresso contribuiu para o estabelecimento de normativas do trabalho docente, para a emulação de práticas exemplares, como estratégia de constituição da identidade profissional dos professores rurais, e de divulgação das políticas expansionistas do setor.

Palavras-chave: Impressos educativos. Educação rural. Política educacional.

¹ Pesquisa realizada com apoio do CNPq

Abstract

The Rio Grande do Sul State Department of Education, Brazil, published the Boletim de Educação Rural (Newsletter of Rural Education) in the 1950s. It was a policy tool, a publication in the format of a printed magazine, focusing on the institutions, the players, the role of education and projects for the rural area. This paper analyzes the importance of this publication, its function of legitimizing the policies for the sector, the content and the context in which it circulated, as well as the topics, articles, news, facts, administrative documents and pedagogical content aimed at rural life. It is concluded that this publication helped establish guidelines for the work of teachers, for emulating exemplary practices, as a strategy to constitute the professional identity of rural teachers, and to disseminate the expansionist policies of the sector.

Keywords: Educational publication. Rural education. Educational policy.

Introdução

Neste texto, estudam-se os impressos educativos compreendendo-os em seu caráter fugaz e imediato, seguindo a lógica de reação aos acontecimentos. Entendemos, por outro lado que eles se constituem numa forma de afirmação de grupos e num espaço de regulação coletiva. Para Nóvoa (1997), a “imprensa educacional” inclui um amplo espectro de publicações que revelam “as múltiplas facetas dos processos educativos desde uma perspectiva interna do sistema de ensino (cursos, programas, currículos etc.), mas também no que se refere ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens”. A imprensa educacional veicula ideias muito próximas aos acontecimentos, ao contexto da época, registrando opiniões e reações produzidas no calor dos fatos.

Independentemente do público a que se destinem e de sua instância de origem, os impressos pedagógicos podem ser classificados diferentemente: impressos de organizações docentes e discentes

(associação de ex-alunos, grêmios, centros acadêmicos, órgãos estudantis etc.), relacionadas a níveis ou graus de ensino (desde o 1º grau até a pós-graduação); boletins de associações discentes (grêmios, centros acadêmicos e associações de ex-alunos); periódicos escolares (realizados por iniciativa de escolas de ensino fundamental e médio); anuários, análises, boletins e relatórios de instituições de ensino (desde o nível fundamental ao superior, instituições públicas e particulares) (CATANI; SOUSA, 1999). Podem ser publicações feitas por professores, ou destinadas a eles, podem também incluir as financiadas e mantida pelo sistema educacional, ou outras instituições vinculadas à educação, tais como sindicatos, associações de classe, Igreja, partidos políticos (BASTOS, 1997). Os impressos não “produzem fatos”, mas os moldam, rearticulam e modificam enfatizando temas e ignorando outros; fazem circular ideias e, com isto, formam seus leitores.

Há duas linhas de abordagem desses jornais. Uma centrada em a “análise interna” da própria impressão e sua produção, o ciclo de vida (duração, periodicidade, agentes responsáveis, colaboradores, recorrência e predominâncias temáticas) e, a outra, focalizando a “análise do contexto”, mediante a qual é possível reconstruir o campo educacional com as disputas e debates empreendidos pelos grupos envolvidos (CATANI; SOUSA, 1999).

Neste trabalho, à luz dessas contribuições se estudam as publicações impressas da “Educação Rural”. O título *Educação Rural. Boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura de Rio Grande do Sul*, no formato 28 x 16 cm, foi lançado em março de 1954 como instrumento oficial de divulgação da educação rural e de comunicação com os professores rurais. Considerando sua periodicidade variada, o boletim é analisado como um documento de política e de formação de consenso, provocando adesão às decisões do governo. Nele figuram elogios, críticas e orientações a estabelecimentos de ensino público e particular e de articulação de concepções de escola pública e de professor rural. O material empírico abarca o período de 1954 a 1958 e as interpretações dedicam atenção aos textos publicados, analisando especialmente o conteúdo das diferentes seções do Boletim.

Contexto regional

Durante o final do século XIX e início do XX, o Rio Grande do Sul experimentou certa ampliação no setor agropecuário e de cultivo de arroz. Articulou-se o movimento cooperativista de pequenos produtores na zona colonial alemã e italiana e constituíram-se associações para o ressurgimento da pecuária gaúcha. Na década de 1930, o estado do Rio Grande do Sul persistiu com a política de desenvolvimento baseado em atividade agropecuária e na defesa dos interesses do setor. Nas décadas seguintes, entretanto, o minifúndio colonial entrou em crise, concomitantemente, a agricultura de grandes extensões de terras se expande requerendo maquinários modernos. O êxodo rural originário das zonas de fazendas de criação de gado e da zona colonial em crise manifestou-se notoriamente nos anos 30 e 40. É nesse palco que a educação rural adquiriu particular relevância.

Na segunda década do século XX, o encargo da instrução de primeiras letras nas zonas rurais e suburbana foi insistente atri-buído às municipalidades. Com a intenção de combater o analfabetismo e difundir a cultura cívica, o município deveria ser articulado com uma fiscalização eficaz, elevando também os vencimentos dos professores e construindo casas adequadas para escolas. Nas zonas rurais do estado, no entanto, especialmente nas da colônia, a educação de primeiras letras era, em grande parte, mantida em escolas paroquiais, que se constituíam em iniciativas particulares, vinculadas a comunidades de colonos católicos ou evangélicos. As escolas isoladas e as subvencionadas marcam, nas décadas de 1930 e seguintes uma tipologia que distinguiam os estabelecimentos rurais dos de zonas urbanas. A posição dos docentes na carreira do magistério reforçava essa diferença. O ingresso na profissão ocorria em escolas das zonas rurais mais afastadas dos centros populosos. As escolas urbanas eram desejadas e consideradas uma promoção profissional. Os colégios eram classificados em 1^a, 2^a e de 3^a entrância conforme as características de matrícula e do corpo docente; os de 3^a entrância situavam-se em zonas urbanas e os de 1^a eram escolas de ingresso de professores novos no magistério. Ainda que em

nível federal a educação, a partir de 1930, contasse com um ministério separado dos assuntos do interior e da justiça, em nível estadual essa situação só se altera em 1935, quando são criadas a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública e o Conselho Estadual de Educação.

No período do Estado Novo, também no Rio Grande do Sul, verifica-se uma ampliação da participação do Estado na organização do sistema educacional pelo aumento do número de edifícios escolares, matrículas e produção de regulamentações (QUADROS, 2005). Em 1943, foi criado o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE), o qual se constitui num órgão normativo, de caráter centralizador, intervindo diretamente no funcionamento das escolas. Este centro, que se caracterizou como um órgão de orientação técnico-pedagógica, tinha o objetivo de promover a melhoria da educação, realizar investigações e desvendar a direção do sistema escolar.

Em 1947 a Secretaria de Educação e Cultura de Rio Grande do Sul é reorganizada. Fecham-se os Departamentos de Educação Primária e Normal e de Educação Física. Suas atribuições são transferidas para os novos órgãos criados: as Superintendências — as quais, vinculadas ao CPOE, apresentavam-se bem mais especializadas em relação aos antigos Departamentos. As Superintendências de Ensino Primário, de Ensino Normal, de Ensino Secundário, de Ensino Rural tinham, entre outras funções, a tarefa de supervisionar, orientar e fiscalizar a educação em cada ramo de ensino.

Nos anos 1940, portanto, a estruturação do sistema educativo no Rio Grande do Sul se modifica de forma a contemplar áreas específicas, resultando na criação de Superintendências, entre elas a educação rural. A importância atingida pela educação rural no sistema administrativo da educação da época se expressa na forte institucionalização da inspeção das escolas rurais e na criação de estratégias de informação e conformação da prática dos professores rurais; isto é, a estrutura administrativa pública oferece diretrizes em bases dinâmicas e funcionais para o trabalho dos professores adotando formas diferenciadas de ação, incluindo visitas individualizadas, orientações escritas, bem como publicações. São impressos e publicações que acolhem vários autores, muitos deles com conhecimento legitimado e reconhecido

internacionalmente, inseridos no corpo hierárquico do aparelho estatal. Um exemplo é Ruth Ivoty Torres da Silva², autora do livro *A Escola Primária Rural*, uma das diretoras do CPOE (QUADROS, 2005), órgão que se destaca como articulador de ações de política educacional e como orientador da educação rural de múltiplas formas. Além dessa obra didática, Ruth Ivoty escreveu artigos para a *Revista de Educação*, e para a revista infantil *Cacique*. Portanto, ela influenciava por meio da produção intelectual, bem como pelas posições ocupadas no gerenciamento do sistema educativo, o que reforçou a importância e a legitimidade de sua obra escrita.

O *Boletim da Superintendência de Ensino Rural* de 1958, por exemplo, homenageava a Ruth Ivoty Torres da Silva, técnica em educação da SEC, que estava sendo convidada a dar aulas na Escola Normal Rural Superior de Loiro, Venezuela, o que demonstra o intenso e reconhecido vínculo dessa educadora com o ensino rural, não só no Brasil mas também na América Latina.

Nesse contexto de orientações, normativas e diretrizes de formação, a Superintendência de Ensino Rural, da Secretaria de Educação e Cultura de Rio Grande do Sul, publica um Boletim designado Educação Rural.

² A professora Ruth Ivoty Torres da Silva é a autora do livro *A Escola Primária Rural*, volume 10, de Biblioteca Vida e Educação, publicação da Editora Globo, de Porto Alegre. É de destacar que esse livro de texto de escola primária rural teve sua primeira edição em 1951, com uma tiragem de 3.000 exemplares vendidos em várias partes do país — Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, além do Rio Grande do Sul. Em 1966 esse livro recebeu apoio significativo decorrente de acordo assinado pelo governo brasileiro e a Ajuda para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency International Development — USAID). Com esse apoio, foi distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas do Brasil. O livro de Ruth Ivoty Torres da Silva recebeu várias edições. Seu conteúdo discutia, em cinco capítulos, temas como a importância da agricultura, as características do homem e do menino rural e a necessidade de formar uma mentalidade de simpatia pela agricultura, em as novas gerações, trazendo também registros históricos do movimento rural brasileiro e rio-grandense. Analisava a Escola Primária em zona rural, suas funções e o professor que trabalhava em ela. Ruth Ivoty dedicava significativa parte de seu trabalho apresentando atividades agrícolas em todos os cursos da escola primária, nas zonas rurais mais características do estado. Ela debatia os clubes agrícolas escolares e apresentava sugestões para o desenvolvimento do trabalho em escolas isoladas, em grupos escolares, detalhando por curso e zona, seja agroindustrial, seja agropastoril, seja zona de agricultura e pesca. Indicava também experiências a serem realizadas nos diferentes graus do nível primário, incluindo a “Liga dos Amigos da Natureza”, comemoração do “Dia dá Árvore”, excursões, museus, jornais, cooperativa e bibliotecas.

Educação Rural, Boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura de Rio Grande do Sul era uma publicação oficial para as escolas rurais primárias e escolas normais rurais, para professores e orientadores; um misto de relatório de atividades do sistema e de espaço de orientação pedagógica e agrícola.

Para a elaboração desse artigo, foram analisados sete volumes de *Educação Rural: Boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul*, incluindo os números 1, 2/3, 4/6 do primeiro ano de publicação, 1954; o número 1 do segundo ano, 1955; um volume sem número, de 1956; um volume, o de número 1, do ano IV, 1957; e um exemplar do ano V, número 1, de junho de 1958. Os Boletins foram impressos na Imprensa Oficial, com diferenciado volume, o menor deles com 35 e outro com 652 páginas. Esse é o conjunto de materiais que são as fontes principais de análises desse texto. A análise identificou de forma sistemática, por meio de fichas analíticas, o conteúdo dos boletins, descrevendo as temáticas tratadas, as fotos, artigos, notas, notícias, cartas e documentos.

De maneira geral, os boletins organizavam-se em três partes, iniciando com “Informações, artigos, diversos”, continuavam com um tópico que trata sobre “Vida Rural” e finalizam com a seção “Educação”.

O primeiro anuncia o propósito da publicação: “Estou seguro de que [...] o BOLETIM DE EDUCAÇÃO RURAL cumprirá sua nobre missão de servir, de maneira eficiente, o professor rural que é o fator básico na formação e no desenvolvimento de nossa população rural” (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 5).

Seção do Boletim em que a hierarquia do sistema de ensino exercita normatizações e divulga realizações

“Informações, artigos, diversos” era uma seção pela qual a Superintendência normatizava, esclarecia e informava suas realizações e divulgava a legislação. Era a seção com maior número de páginas e ali estava registrado, por exemplo, calendário escolar, orçamento e plano da

secretaria. Era uma seção que divulgava informações e valores que davam legitimidade e os normatizavam como regulamentos do ensino rural, decretos, editais, circulares, o estatuto do magistério público, notícias das delegacias de educação, quadro dos professores rurais contratados, ensino rural através do rádio, portarias, ofícios etc.

Havia também a informação de diferentes fatos administrativos, como construções e instalação de escolas, renomeações, cursos, aquisição de material de consumo, escolar e material agrário. Um exemplo estava referido no parágrafo transcrito do Boletim de 1958: “O ensino rural foi ministrado em 350 escolas rurais, por meio de 581 professores. Em 1956 foram criadas 62 escolas rurais estando em condições de entrar em funcionamento 70 unidades no presente exercício” (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p. 5).

A discrepância de páginas entre os Boletins analisados pode ser principalmente atribuída à necessidade do governo de utilizar esse instrumento de comunicação para divulgar os fatos e constatações, consequência de visitas às escolas, anunciar o que estava planejado e, principalmente, a expansão do ensino rural nos anos 1950. Assim, por exemplo, com respeito à expansão do ensino rural, era comum nos boletins a relação dos grupos escolares do interior do estado, região por região, indicando as cidades e os nomes da cada escola, bem como as novas Escolas Rurais criadas e os municípios em que eram localizadas. Em outubro de 1957, por exemplo, apresentava-se, a pedido do Superintendente de Ensino Rural da SEC, o levantamento mais completo de ensino rural no estado, incluindo 385 escolas rurais isoladas, 25 escolas rurais reunidas, 27 grupos escolares rurais, 6 escolas rurais primárias anexas às escolas normais rurais, totalizando 443 estabelecimentos de ensino rural de primeiras letras no Rio Grande do Sul.

O ensino rural era reforçado no anúncio das realizações do governo de forma a indicar o quanto estava sendo atendido e como eram ativas as escolas e o órgão que na Secretaria de Educação tratava dos assuntos da educação rural. As notícias divulgadas nessa parte comentavam questões tais como: Semana da Pátria em Itatiba, criação de uma escola rural em Tramandaí, viagem de inspeção, Semana Ruralista em Ijuí, exposições agropecuárias. O Boletim não apenas enfatizava acontecimentos referentes ao

mundo rural, mas informações gerais da área cultural informando quantas audições culturais e espetáculos teatrais tinham sido apresentados na principal casa de espetáculos artísticos do estado, o Teatro São Pedro, quantas tinham sido as audições musicais na Discoteca Pública.

Também se transcreviam notícias gerais no jornal, como por exemplo, a publicada na *Gazeta do Sul* e reproduzida no *Boletim*, referente à epidemia de gripe asiática ocorrida na região e à necessidade de fechamento de escolas para evitar contágio entre alunos.

Eram publicados, igualmente, planos anuais de orientação do ensino rural, indicando os municípios envolvidos, os objetivos, a parte técnico-pedagógica, técnico-agrícola e administrativa. É evidente a ênfase normatizadora e de sustentação às normas governamentais que as orientações aos professores em exercício em zonas rurais adquiriam.

Boletins e os Orientadores do ensino rural

O papel dos orientadores era enfatizado no impresso, explicitando que esse funcionário da Superintendência deveria fazer cumprir o regulamento e as determinações superiores, bem como informar à Delegação de Ensino e Superintendência do Ensino Rural sobre as necessidades e deficiências verificadas nas escolas e sobre os expedientes relacionados ao setor do ensino rural. Nos aspectos pedagógicos propunham-se ações como acompanhar, em ocasião das visitas, a vida escolar orientando os professores no que fosse necessário e desenvolver neles amor e interesse pela escola. Ademais, na parte técnico-pedagógica estavam incluídos: orientações acerca da verificação do aproveitamento anual dos alunos por intermédio de provas objetivas; orientação dos regentes e professores na elaboração prévia do Diário de Classe para evitar desperdício de tempo em classes reunidas em uma só sala de aula e regidas por um mesmo professor; o aperfeiçoamento de método e processos de ensino; a orientação com respeito à elaboração de planos de trabalho dos professores, recomendando que sua aplicação fosse alternada nas classes que regiam.

Quanto à parte técnico-agrícola, propunha-se que as atividades servissem de motivação para o ensino de letras, para o qual se indicavam várias ações aos orientadores de ensino rural como pedir aos professores a conservação, ampliação e aperfeiçoamento das atividades agrícolas (mínimo: jardim, horta) e usar métodos agrícolas racionais pondo em prática as técnicas modernas. Na parte administrativa havia recomendações como: cooperar na atualização do arquivo dos professores bem como, na redistribuição de material escolar que procedente da Superintendência; enviar o boletim mensal das escolas rurais para a repartição competente; orientar os regentes nos registros e anotações escolares; e solicitar que os professores, além das técnicas fundamentais, ministrassem o ensino de civismo, canto, educação física e religião. A ação dos orientadores de ensino rural não se restringia ao espaço escolar; eles também mediavam demandas frente ao poder público municipal, solicitando aos prefeitos ajuda na conservação da infraestrutura.

Os relatórios dos orientadores de ensino rural eram frequentes nos Boletins de educação rural. Assim, se descreviam aspectos administrativos (edifícios, móveis, material de limpeza, professores, atividades agrícolas), aspectos técnico-pedagógicos (trabalhos de classe, atitude dos alunos) e a recomendações pedagógicas (atitude com referência à orientação, horas pedagógicas mínimo de sessões de estudo por mês). Registravam-se os aspectos deficientes do ensino rural, tais como: a grande precariedade de infraestrutura; a falta de material para limpeza; o débil desenvolvimento ou, inclusive, a inexistência de atividades agrícolas quando os terrenos ainda não estavam demarcados e cercados; o fato de que os professores quase não utilizavam material didático; o não funcionamento da caixa escolar em algumas escolas por deficiências de organização e participação dos alunos ou, inclusive, a ausência de recreação nas escolas. Muitos dos boletins informavam sobre o funcionamento de instituições escolares como Círculos de Pais e Mestres e da biblioteca ambulante escolar; também incentivavam a comunicação entre pais e mestres para que a escola pudesse ser o centro da comunidade, o que, como se afirmava, constituía o ideal buscado na pedagogia moderna. Também se

fazia referência às atividades rurais, elogiando as professoras que organizavam hortas e aviários.

Pode-se dizer que a representação do professor rural era de alguém com coragem, dedicação, esperança e luta. Isso pode ser constatado no relatório de um orientador rural sobre uma escola da zona de colonização alemã caracterizada como “soberana e ativa”, “farol da salvação que está sendo construído para indicar o caminho do progresso às populações da “hinterland” que quase em sua totalidade vivem naufragando em as trevas da ignorância” e continua afirmando que a referida escola, com seu Clube Agrícola, era uma realidade diferente com 400 pés de árvores frutíferas, horta e jardim.

Pode-se depreender que os Boletins de Educação Rural eram instrumentos de política abrangendo vários contextos. Divulgavam normatizações mas também instituíam um vetor de influência nas práticas. A pretensão de interferir nas práticas se dava em múltiplas dimensões: na recomendação de procedimentos que os orientadores de ensino rural deveriam observar ao visitarem as escolas, na utilização de modernas técnicas agrícolas nas escolas, na feitura de hortas e jardins nas escolas e nas comunidades.

A publicação dos relatórios dos orientadores de educação rural nos Boletins seguia também um princípio de edificação de práticas tendo como objeto tanto o professor como a escola como instituição. O foco na instituição se evidenciava na descrição de modelares procedimentos administrativos (casos de sucesso como normativas), solicitação de provimento de infraestrutura, funcionamento de departamentos e colegiados escolares e currículo escolar.

Boletins de Educação Rural e a formação do professor

Foram encontradas nos Boletins muitas notícias sobre Escolas Normais Rurais (Figura 1). Eram registros dos próprios agentes da Superintendência evidenciando a necessidade de melhoria de prédios escolares, como por exemplo, o registro de solicitação de parte do Assistente da Superintendência de melhoria na Escola Normal Rural Murilo Braga de

Carvalho, de Santa Cruz do Sul, que continuava funcionando em um edifício velho, restos da anterior Estação Experimental de Fumaça.

O Boletim era também espaço de divulgação de formaturas de turmas de professores rurais, ocasião em que era divulgado o perfil do grupo, número de formandos, lema que os diplomandos escolheram para a formatura, quem era o paraninfo, o número de rapazes e de moças entre os formandos.

Da mesma forma, a titulação de normalistas rurais ocorrida em estabelecimentos particulares eram noticiadas nesses Boletins, como: a graduação na Escola Normal Rural Murialdo, de Ana Rech, Caxias do Sul, zona de colonização italiana, com 14 graduandos; a graduação na Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo com 17 graduandos, proclamando como lema “Ação, não palavras (Res non verbs)”; a graduação da Escola Normal Rural Dr. Hermeto Jose Pinheiro, de Três de Maio, titulando nove graduandos (sómente mulheres) e tendo como homenageados de honra P. Afonso Durigon, o prefeito municipal e duas religiosas, a provincial e a superiora, indicando o lema “Vencer pela verdade, construir pelo ideal”; e a fotografia do quadro de graduação da Escola Normal Rural de Osório, graduandos de 1956, cujo lema foi “Não basta ter uma terra, é necessário a merecer”.

Os Boletins, portanto, davam a ver as práticas escolares de sucesso realizadas nas escolas normais rurais, registrando as solenidades de formatura, o que, de certa forma, configurava o fortalecimento da educação rural no Estado, demonstrando ampliação do contingente de professores nela envolvidos. Demonstravam também a valorização social de tal evento festivo pela publicação dos discursos dos paraninfos, de fotos das solenidades de formatura e dos quadros de formatura.

Também se registravam notícias das festas promovidas nas normais rurais tal como festa da árvore e o programa sobre tal festividade, transmitido por rádio, quando foi proposto que as escolas rurais instituíssem “Pequena Floresta Escolar” com árvores produtoras de madeira de lei e de essências florestais mais comuns na região. Esses e outros registros demonstram de que modo as escolas normais rurais se integravam com o poder político, os meios de comunicação e o poder religioso. As notícias do Boletim informavam sobre solenidades e festividades promovidas por

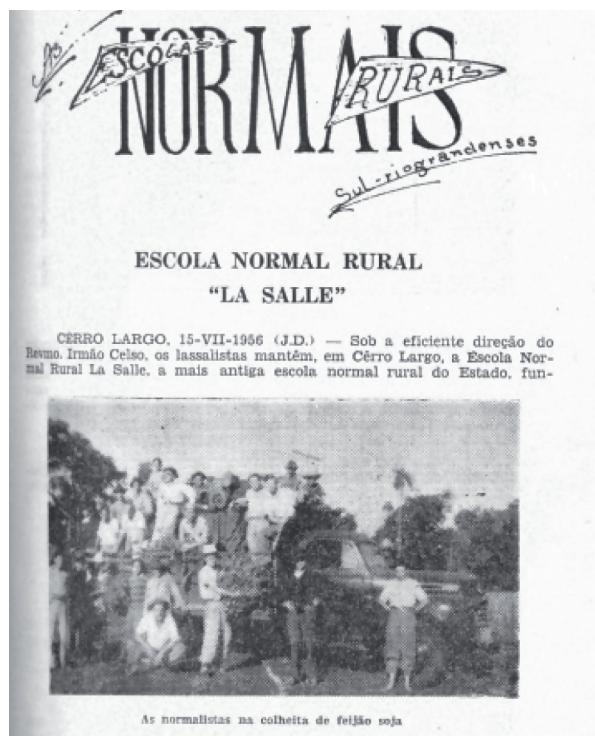


Figura 1 - Notícia sobre Escola Normal Rural

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1952.

estabelecimentos de ensino rural quando participavam autoridades da sociedade local como o bispo ou personalidades do executivo estadual e municipal da região para prestigiar as inaugurações, festas e graduações.

Incentivo à modernização do campo por meio da escola

Fundamentalmente o Boletim devia ser “um precioso meio de fortalecimento dos laços que devem aproximar e unir, sempre, sem

desalentos nem tergiversação, a renegada classe dos beneméritos educadores rurais do bendito solo ‘farroupilha’”, escrevia Juvenal José Pinto, então no cargo de Superintendente de Ensino Rural por ocasião do lançamento do primeiro número do Boletim. Entretanto, na seção “Vida Rural” do Boletim da Superintendência de Ensino Rural, propunha-se como objetivos a doutrinação e a extensão de conhecimentos específicos do ambiente rural. Nessa seção, os temas relacionados à vida rural eram aprofundados e tratados com detalhe: animais, plantas, solo, defesa sanitária de vegetais e animais, problemas e aspetos do ambiente rural.

O tema *animais* incluía diversas questões, entre elas: avicultura, fissuras nos cascos dos animais, abelhas. Com respeito às plantas, igualmente, as temáticas eram dispares como, por exemplo: plátano, milho, cultura da cebola, múltiplo valor da soja. Sobre o solo facilitavam-se informações sobre conservação dos recursos naturais, erosão e uso racional da terra. Com respeito à defesa sanitária abordava aspectos como as parasitoses e a intoxicação de animais domésticos.

Em muitos textos, o foco era a vida rural e as práticas agropecuárias mediadas pela educação tais como: grêmios para alunos; fundação do clube agrícola escolar; caixas escolares, jardim na Escola Rural; fotos de clubes agrícolas; associação de pais e mestres; exposições; imprensa na Educação rural; museu escolar; clube de geografia e história; clubes filatélicos escolares; tradicionalismo e folclore, incluindo descrição de um programa de tradicionalismo gaúcho para as Escolas Rurais; proteção e incentivo ao artesanato tradicional de Rio Grande do Sul, conjuntos folclóricos e tradição. Em problemas e aspectos do ambiente rural discutia-se o êxodo rural e a mentalidade rural, a campanha de educação florestal, a ação social rural no Brasil, o funcionamento do Serviço Social Rural, o Estatuto do trabalho rural e o sentido pedagógico da Campanha Nacional de Educação Rural. Também debatiam-se temas como as diretrizes para o desenvolvimento de atividades agrícolas, os líderes rurais, o papel do professor na educação integral do menino rural, bem como, notícias sobre a forma de estruturação do ensino rural em outros estados do país e notícias sobre cursos intensivos de informação rural e seminário de educação de adultos, economia e administração rural.

Portanto, seguindo a linha que propõe Ruth Ivoty, a seção “Vida Rural” constituía uma tradução de conhecimentos agrícolas, zootécnicos, de higiene e cuidado com o meio ambiente para o professor rural e para a ação em escolas rurais. Não são informações apresentadas numa linha de conhecimento científico, senão de práticas.

Seção de práticas para o professor rural

A seção “Educação” dividia-se em subseções relacionadas com os fundamentos da educação: filosofia, história da educação, sociologia educacional, psicologia, mas também com conteúdos mais voltados para as didáticas das matérias de ensino, educação física, recreação e nutrição escolar.

Em “Filosofia” aglutinavam-se preceitos e conselhos relacionados ao sentido humano da educação de base, conselhos de boa leitura, disciplina e liberdade, espírito e técnica em educação, decálogo do professor, dez mandamentos da educação infantil, vocação e bem-estar, educação de adultos, o que é escola rural, qual é o sentido do regulamento do ensino religioso, o que é estudar, e valores pedagógicos. Eram temas que sinalizavam para uma ampla reflexão sobre a educação e a vida humana, para a formação integral, questionamentos e propostas de como forjar uma boa escola e um bom professor.

Em “História da Educação” apresentavam-se biografias de educadores como Jean Piaget e temas como educação nos povos primitivos, Grécia e Oriente. A história da educação não contextualizava as questões tratadas mas anuncjava figuras modelares, biografias e para realidades muito distanciadas das práticas das escolas rurais.

Em “Sociologia Educacional” a informação tratava sobre características da família rural, estado sanitário das populações rurais, o objetivo da educação para a eficiência social. Propunham-se temas como célula social e cultural e ideais do grupo. Em “Didática” abordava-se as funções da aritmética, a hora pedagógica, a ortografia, o teorema, o ensino de história pátria, o ensino da ortografia, a aprendizagem dos trabalhos da terra, a horta escolar, o plano didático de atividades, a didática geral, o

serviço de orientação rural, o ensino da escrita. Também tratava o tema dos testes da população escolarizada determinando o grau de atenção, a anormalidade, as necessidades de organização de um serviço de psicologia, os problemas de psicologia pedagógica, a memória, o desenvolvimento de hábitos, da personalidade, do caráter, o temperamento das crianças. Todos esses constituíam os temas tratados na subseção “Psicologia”.

Em “Nutrição Escolar”, os médicos discutiam sobre os problemas de alimentação escolar e perigos relacionados à nutrição durante a idade escolar. O tema da nutrição não estava presente a todos os números do Boletim, entretanto, na sua ausência, havia uma subseção de “Higiene Escolar”, na qual questões mais amplas eram tratadas, como: saúde mental, formação de hábitos necessários para o cuidado da saúde, o exercício físico na escola, a higiene mental e a sopa escolar.

Não se propunha uma discussão de práticas dos docentes, pois os temas abordavam desde uma perspectiva normativa e de aconselhamento, sem articular uma reflexão sobre a ação docente. Havia notícias de casamentos, falecimentos e fotos, especialmente articuladas na seção “Vida Rural” e “Educação” que poderiam ser interpretadas como a presença do professor no Boletim, pois elas eram, por iniciativa dos colaboradores, encaminhadas para os editores do Boletim.

No conjunto dos Boletins identifica-se que prevalece um conteúdo tendente à institucionalização da educação pelo reforço da ação de supervisão, normatização e controle da Secretaria da Educação do Estado. Era um documento mais de divulgação e de legitimação da ação do Estado, de divulgação e construção da identidade normativa e burocrática do sistema de ensino mais que um veículo de comunicação entre os professores que atuavam na educação rural.

Imagens que ilustram os Boletins de Educação Rural

Todos os boletins têm em sua portada uma imagem da escola rural (Figura 2). O interior também está ilustrado com fotografias dos

edifícios escolares, professores e estudantes. Não se pode afirmar a respeito da origem das imagens, mas, algumas das fotografias, especialmente nas seções “Educação” e a “Vida Rural” certamente foram enviadas por professores, ilustrando quanto seus alunos se dedicavam ao labor agrário.

Os edifícios escolares se destacam nos boletins de Educação Rural. A maioria das imagens se centrava nos edifícios, geralmente de alvenaria. Os edifícios eram feitos sempre em um único andar térreo, com um bloco de salas de aula. Os imóveis eram construídos em meio a jardins, ou entre o jardim e a horta, ou ainda em meio a terras arborizadas, sem edifícios de moradias e outros prédios próximos e visíveis. Alguns edifícios foram fotografados a fim de destacar o tanque de água — caixa d’água — no exterior, outros, a fim de destacar o cultivo de milho e trigo feitos nos terrenos contíguos à escola ou para demonstrar a intensa nevada que se produziu no inverno junto a uma escola rural.

Há imagens em que os estudantes se destacam em frente dos edifícios escolares. As fotografias são tomadas em momentos de formalidade, com os estudantes agrupados em torno de seus professores, que costumam sentar em o centro do grupo. A maioria dos estudantes das escolas rurais aparecem com uniforme escolar. As fotos são identificadas e designadas à localização onde se encontra a escola, valorizando a localidade nominada. Alguns títulos das imagens fazem referência aos futuros estudantes destas escolas, como trabalhadores rurais: “A escola rural ensina em uma forma prática de amar a terra”, “Os agricultores da manhã”, “O trigo e a escola” e “Os futuros professores rurais”.

Outras imagens mostram os estudantes nas atividades de sementeira, colheita, capina, na utilização de fertilizantes, no trabalho de limpeza dos jardins, ou na realização de técnicas de cultivo específicas. Várias imagens mostram os estudantes e destacam as ferramentas e os instrumentos utilizados no trabalho rural, tais como enxadas, carrinhos de mão, as sementes, mas não há maquinaria agrícola pesada, de grande envergadura. Assim mesmo, nenhum quadro mostra os animais associados com as atividades agrícolas, ou pessoas da comunidade envolvida no trabalho com estudantes e professores.



Figura 2 - Capa do Boletim de Educação Rural 1954/1955

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1954.

O meio externo destaca-se nas imagens dos boletins. Algumas fotos apresentam os professores, ao ar livre, mostrando um grupo de estudantes a arar a terra ou fazer algo de agricultura com a técnica específica.

Várias imagens têm desfiles e celebrações nas escolas rurais, como as celebrações do Dia das Mães, desfile de estudantes e festa cívica da escola na semana pátria. São imagens que, no entanto, não mostram a comunidade exterior nesses eventos, mas os estudantes com bandeiras, ou marchando em pelotões, no meio do campo, sem grupos de gente ao redor.

Várias fotografias mostram não só a realidade das escolas rurais, mas também as Escolas Normais Rurais de formação docente. Nesse caso, muitas vezes, as imagens produzem-se em o interior, em as salas de aula, com os estudantes, de uniforme, sentados nas salas. Quando o edifício da Escola Normal pode ser visto na imagem, identifica-se também várias propriedades rurais construídas em alvenaria. Comparando imagens de edifícios das escolas rurais de 1º grau e edifícios de Escolas Normais Rurais constata-se a simplicidade da escola rural isolada e a grandeza da Escola Normal Rural.

O Boletim de 1958 mostra várias figuras das atividades desenvolvidas em escolas anexas às Escolas Normais Rurais. Neles, os meninos pequenos, em uniforme, aparecem nas atividades educativas, distribuídas na sala de aula, ou destacando sua participação em “atividades específicas”, acompanhado por normalistas e seus professores.

Muitas das fotos publicadas nos Boletins são colaborações dos professores rurais, registrando manifestações em nome da escola, o lugar e quem é o professor. Em geral, há uma padronização das imagens apresentadas no Boletim. Podemos ver uma ênfase na intenção de mostrar o porte dos edifícios das escolas e o trabalho agrícola envolvendo estudantes e professores.

Conclusões

Os Boletins de Educação Rural são importantes materiais para o estudo das condições de trabalho das escolas nas políticas públicas para a educação rural na década de 1950 no Rio Grande do Sul.

Sua instituição ocorreu quando o governo dá mais atenção à educação rural mediante a criação de uma Superintendência específica que se instrumentaliza por meio do Boletim para obter legitimidade. Anteriormente existiam apenas os Departamentos de Educação Física, Educação Primária e o Ensino Normal. No final dos anos quarenta criou-se a Superintendência de Educação Primária, de Ensino

Normal, de Educação Secundária e da Educação Rural. No período, a população rural era maioria e ocorria um amplo processo de deslocação da população do campo às cidades. A escola era responsabilizada pela manutenção da população rural no campo, vista como um recurso de inovação tecnológica na agricultura, de difusão de hábitos de higiene e da cultura nacional.

A estruturação da hierarquia administrativa do sistema escolar no Rio Grande do Sul utiliza o Boletim de Educação Rural principalmente para fortalecer sua ação institucional e ganhar legitimidade. O boletim mostra as articulações da burocracia administrativa responsável pela orientação da educação rural, com o poder político e poder religioso. Portanto, os Boletins informam a participação dos prefeitos e pessoas destacadas nos projetos institucionais, com festas e registra seu apoio para o desenvolvimento da educação rural.

Os atores que ocupavam cargos na hierarquia do sistema educativo tinham na forma impressa do Boletim um importante espaço para a institucionalização de seus objetivos, de publicação de artigos e guias para os mestres. Assim, o Boletim fortalecia a educação rural, as políticas públicas, a posição dos burocratas e a dos próprios técnicos da Superintendência, legitimando-os.

Vale realçar que o diretor responsável pelo Boletim, o redator-chefe e o editor eram servidores públicos da Superintendência. Coincidiam as funções de diretor responsável pelo Boletim e de direção da Superintendência de Ensino Rural. Ou seja, o Boletim impunha uma visão construída pela hierarquia do sistema de ensino para a Educação em Zonas Rurais do Rio Grande do Sul, uma visão da própria burocracia que reforçava seus propósitos de ação, a qual era gerada e reproduzida na perspectiva das normas do sistema de ensino. Isso coincide com a proposta de cultura da interiorização e a organização do ensino para conter o êxodo rural.

Os Boletins cumprem também a função do relatório da Superintendência de Educação para a população rural através de circulares, avisos, planos, regulamentos, ordens, materiais referentes à construção de

escolas, compra de materiais etc. Desempenham, portanto, um papel normativo e descritivo das políticas para o setor.

Por outra parte, os Boletins cumpriam importante perfil de orientação e de estabelecimento de práticas normativas dos docentes. As escolas rurais destacadas nos Boletins eram as que mantinham jardins e todo tipo de atividades e que incluíam as práticas agrícolas na formação de seus estudantes.

Os Boletins são também veículos para o fortalecimento e formação da identidade profissional dos professores rurais, o que é demonstrado pelo espaço que lhes era oferecido para enviarem fotografias dos estudantes que trabalhavam na terra e mensagens a respeito de suas práticas escolares. O espaço de escolas normais rurais era também de destaque nas páginas dos boletins, seja através de fotos, seja mediante a apresentação de relatórios de práticas com os estudantes, seja informando a respeito de novas turmas de professores qualificados. Desse modo, os Boletins destacavam a importância da capacitação formal na educação e o crescimento do contingente de professores rurais em condições de exercer a docência em zonas rurais.

Múltiplas recomendações sobre o uso da terra, o tratamento dos animais e as técnicas de plantação tinham marca presença nas páginas dos boletins, com especial atenção à tradução pedagógica através de clubes agrícolas, a formação de dirigentes rurais, o desenvolvimento da ação social rural, seminários de difusão e cursos de gerenciamento das zonas rurais.

Os boletins tinham uma estrutura gráfica pouco atrativa, que se matizava com as imagens que ilustram suas páginas. Eram imagens que destacavam os esforços de construção de escolas rurais pelo governo e a importância da escola rural para a formação das práticas agrícolas dos estudantes.

Conclui-se que a análise da instrução impressa e editada pela burocracia dos sistemas escolares é um material valioso para o entendimento das propostas da educação no país, especialmente as propostas de educação rural na década de 1950.

Referências

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 47-76.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**: catálogo. São Paulo: Pléiade, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (CD-ROM).

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

QUADROS, C. **Centro de Pesquisas e Orientação Educacional – CPOE/RS**: discursos e ações institucionais. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, III, n.1, mar. 1954.

RIO GRANDE DO SUL. **Boletim da Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, V, n. 1, jun. 1958.

SILVA, R. I. T. **Educação Primária Rural**. Porto Alegre: Globo, 1957.

Recebido: 05/11/2012

Received: 11/05/2012

Aprovado: 11/03/2013

Approved: 03/11/2012